

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios com base nos princípios e nas diretrizes de sua Política de Responsabilidade Socioambiental, de forma a gerar resultados sustentáveis ao longo do tempo.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Socioambiental, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países, onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e seus relacionamentos.
- Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas no desenvolvimento, na implementação e no monitoramento de políticas, de práticas e de negócios.
- Atuar de forma colaborativa junto a clientes, a fornecedores, a concorrentes, a governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e nossos relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações.
- Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas, relacionadas à origem, à raça, ao gênero, à cor, à idade, à religião, ao credo, à classe social, à incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor.
- Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente, em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa.
- Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos de gestão socioambiental.
- Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual.
- Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e de serviços.
- Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e para o desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono.
- Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e de avaliação, questões sobre

relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão.

E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou a mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social.

- Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas.
- Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação.
- Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava.
- Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e à propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

- As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

- No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços,

sob qualquer pretexto.

- Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

- Os dirigentes, os empregados e os parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
- Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA**4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)****0800 104 0 104 (Demais Regiões)****SAC****0800 726 0101****Ouvidoria****0800 725 7474**

CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES – CECOT**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0320/2022 – CECOT/RJ, tipo MENOR PREÇO****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU, EM 02/09/2022****EDITAL**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante, denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações, no Rio de Janeiro – CECOT/RJ, representada por Pregoeiro, designado mediante Portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, cuja sessão pública será realizada por meio da Internet com o objetivo de contratar empresa para o fornecimento descrito no item 1 abaixo, esclarecendo que a licitação, ora divulgada, e a consequente contratação serão regidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Decretos nº 3.555, de 08/08/2000; nº 10.024, de 20/09/2019; pelas Leis nº 13.303/2016, de 30/06/2016; nº 10.520, de 17/07/2002, e nº 8.429, de 02/06/1992; pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006; pela Resolução Conjunta nº 6, de 21/05/2020, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, e as respectivas alterações posteriores, bem como pelas disposições deste Edital e de seus Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para este Pregão deverá ser efetuado até às **23:59 horas**, do dia **16/09/2022** – Horário de Brasília/DF, exclusivamente, por meio eletrônico, conforme item 3.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** poderão ser enviados, depois de efetuado o **CREDENCIAMENTO**, e serão recebidos, até às **09:00 horas**, do dia **19/09/2022** – Horário de Brasília/DF, conforme instrução do item 5.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive, para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e o horário, limites para o recebimento das propostas e dos documentos de habilitação, às **09:00 horas**, do dia **19/09/2022** – Horário de Brasília/DF, conforme instrução do item 7.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES**, na Internet, estará aberta das **10:00 horas** até às **10:10 horas**, do dia **20/09/2022**, horário de Brasília/DF, conforme item 7.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao edital deste Pregão, até às **23:59 horas**, do dia **14/09/2022**, exclusivamente, por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → Acesso ao Sistema → SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → clicar na atividade Impugnação, localizada no quadro “Minhas Atividades” → localizar a licitação desejada → clicar em Impugnação → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em ENVIAR IMPUGNAÇÃO.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba IMPUGNAÇÃO → IMPUGNAÇÃO → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em ENVIAR IMPUGNAÇÃO.

Os **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos, até às **23:59 horas**, do dia **14/09/2022**, exclusivamente, por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> → Acesso ao Sistema → SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → clicar na atividade Questionamento, localizada no quadro “Minhas Atividades” → localizar a licitação desejada e clicar em Questionamento → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em ENVIAR QUESTIONAMENTO.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> → quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba QUESTIONAMENTOS → ESCLARECIMENTOS → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em ENVIAR QUESTIONAMENTO.

A resposta ao pedido de esclarecimento e a decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 02 (dois) dias úteis, contados de seu recebimento. O Pregoeiro poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

Quando houver suspensão da sessão pública, a retomada ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para o fornecimento de 588 (quinhentas e oitenta e oito) fragmentadoras em partículas às unidades da CAIXA, em Âmbito Nacional, tudo em conformidade com as disposições deste Edital e dos Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I-A	QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA
ANEXO I-B	MODELO TERMO DE RECEBIMENTO
ANEXO II	PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO V	DECLARAÇÃO DE MPE
ANEXO VI	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

- 1.1.1. As especificações do objeto, a quantidade total estimada, os locais de entrega e a forma de execução do contrato constam dos Anexos deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Podem participar desta licitação as empresas, cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que apresentem toda a documentação legalmente exigida para habilitação, indicada no item 8, além de atender às

demais exigências constantes deste Edital.

- 2.1.1. O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento, quanto o cadastramento, em seus níveis, por meio do site www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital.
- 2.1.1.1. O Credenciamento da empresa, no SICAF, e o cadastramento, em cada nível, são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, da Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista e da Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.1.2. Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF, constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital → Aba Manuais.
- 2.2. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º, do Art. 18-A, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses previstas no §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1. Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual – MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2. A empresa que se enquadra como MPE deve apresentar declaração nos termos do Anexo VI, para fins do tratamento diferenciado, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do subitem 8.7.
- 2.3. Não é admitida nesta licitação a participação de empresas:**
 - 2.3.1. Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto, aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do subitem 8.4 deste Edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
 - 2.3.2. Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 2.3.3. Que estejam organizadas sob a forma de cooperativas, tendo em vista que pela natureza dos serviços existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a empresa contratada, bem assim de pessoalidade e habitualidade, e por definição não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados;
 - 2.3.4. Que estejam com o direito de licitar e de contratar com a CAIXA suspenso, ou impedidas de licitar e de contratar com a União, ou que tenham sido declaradas inidôneas para licitar e para contratar com a União, enquanto perdurarem os motivos da sanção;

- 2.3.5. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.3.6. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.3.7. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.3.8. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.3.9. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.3.10. Que tiver nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.3.11. Aplica-se a também a vedação prevista no subitem 2.3:
- I. À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
 - II. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA, cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou pela contratação;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
 - III. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

3. DO CADASTRO, DA CERTIFICAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Para participar deste Pregão, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal Licitações CAIXA e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
- 3.2. O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: aba “**CADASTRO**”, escolher a opção “Pessoa Física” ou “Pessoa Jurídica”, preencher os dados do **PRÉ-CADASTRO**, concordar com o **TERMO DE ADESÃO** e “CONCLUIR O PRÉ-CADASTRO”.
- 3.2.1. No momento do pré-cadastro, o sistema valida as informações registradas e,

caso haja divergência, informa o Licitante os campos que necessitam de ajustes.

- 3.2.2. Após a validação das informações do pré-cadastro, o sistema confirma a operação e apresenta a mensagem: "Seu Pré-Cadastro está em análise. Deseja imprimir o termo de adesão? <Sim/Não>".
- 3.2.3. O sistema também enviará mensagem por e-mail: "Notificação de Registro do Pré-Cadastro".
- 3.2.4. Após validação pelo sistema, dos dados com a base de dados da Receita Federal, o sistema conclui o **CADASTRO** e envia ao Licitante mensagem de e-mail confirmando a conclusão e certificação do cadastro e a senha de acesso provisória, que deverá ser validada e trocada em até 48 (quarenta e oito) horas.
 - 3.2.4.1. Caso a validação e a troca de senha não sejam efetuadas no prazo estipulado, a senha expirará e será necessário solicitar nova senha por meio de contato ao Atendimento CAIXA, pelos telefones 4004-0104, para capitais e para regiões metropolitanas, ou 0800-104-0104, para demais regiões.
 - 3.2.4.1.1. A nova senha de acesso deve ser elaborada, obrigatoriamente, de acordo com as orientações recebidas por e-mail.
 - 3.2.4.2. Quando há divergência nos dados, o sistema envia e-mail ao Licitante para notificar do cadastro não concluído e orienta entrar em contato com a central do Atendimento CAIXA, por meio dos telefones acima.
- 3.3. Para os Licitantes que estejam com certificação expirada ou suspensa, para regularização, o representante legal da empresa deve comparecer a uma agência da CAIXA, munido dos documentos originais abaixo:
 - Pessoa Física: Documento de Identificação Pessoal; CPF; Comprovante de endereço e Procuração (quando for o caso).
 - Pessoa Jurídica: Contrato Social e Alterações; Procuração do Representante Legal (quando for o caso); Documento de Identificação Pessoal do representante da empresa; CPF e Comprovante de endereço.
- 3.3.1. A Procuração deve ser elaborada por meio de instrumento público ou particular com firma reconhecida e deve ser acompanhada de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.
- 3.3.2. Sendo proprietário da empresa, sócio, dirigente ou assemelhado, deverá ser apresentado o Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 3.3.3. A Certificação tem vigência de 01 (um) ano, após esse prazo deverá ser renovada, conforme orientações do subitem 3.3.
- 3.3.4. Quando houver alteração cadastral, a Certificação é suspensa e o usuário deve reativá-la seguindo os passos acima.

- 3.4. Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no subitem 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA – <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 3.5. Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> e siga os seguintes passos: no botão “Acesso ao sistema” - escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR”, informe o e-mail cadastrado e selecione a opção “Esqueci Minha Senha”, no formulário acionar “Esqueci a senha”, preencher os campos do formulário e confirmar no botão “Recuperar Senha”. O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem informando a senha provisória e os procedimentos para a validação e troca de senha.
- 3.6. Após essa etapa, a interessada deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO** específico para este pregão até o dia e a hora indicados no preâmbulo deste Edital, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> à efetuar *login* por meio da opção “Acesso ao Sistema” à em seguida “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” à na “Área do Licitante” marcar a opção “Licitação CAIXA/Pregão Eletrônico”, escolher a opção “Credenciamento em Novos Certames”, localizado no quadro “Minhas Atividades” à marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado à clicar na Atividade “Credenciamento” à selecionar a declaração de ciência à marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique à finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.
- 3.6.1. Decorrido esse prazo, não será possível o credenciamento para participação neste Pregão Eletrônico.
- 3.6.2. Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do [subitem 2.2](#), o licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no subitem 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida Lei Complementar.
- 3.6.2.1. O sistema somente identificará o licitante como MPE, caso faça a opção indicada no subitem 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, prevista neste Edital.
- 3.6.2.2. Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7. Os procedimentos para cadastramento, citados no subitem [3.2](#), devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados Portal Licitações CAIXA, no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 3.7.1. Caso esteja cadastrado e certificado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente, conforme subitem 3.6.
- 3.8. O cadastro/certificação possibilita a participação em todos os Pregões Eletrônicos da CAIXA, sendo que o Credenciamento é específico para cada Pregão Eletrônico, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver

interesse em participar de um pregão eletrônico realizado pela CAIXA.

- 3.9. O link “Credenciamento em Novos Certames”, constante no endereço eletrônico mencionado no subitem 3.6 permite o acesso a todos os Pregões Eletrônicos que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.
- 3.9.1. Ao clicar em “Credenciamento em Novos Certames” no Pregão Eletrônico escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento”, caso ainda esteja no prazo.

4. DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.
- 4.2. Se o Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o certame será suspenso e retomado, somente, após a comunicação via [e-Mail](#) aos participantes.
- 4.3. No caso de desconexão, apenas, do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada, após comunicação aos participantes.
- 4.4. Caberá ao licitante:**
- 4.4.1. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4.2. Comunicar, imediatamente, à CAIXA, por meio do Help Desk – 4004-0104 – Capitais e Regiões Metropolitanas, ou – 0800-104-0104 – Demais localidades, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3. Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6. O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes

ao Pregão Eletrônico.

5. DA PROPOSTA COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. A **PROPOSTA COMERCIAL** (Anexo II) e todos os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** devem ser enviados, eletronicamente, até o dia e a hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço eletrônico licitacoes.caixa.gov.br, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO AO SISTEMA”, escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR”, realizar login, marcar a modalidade de licitação desejada, escolher a opção “*Enviar/Alterar Proposta e Documentação*”, localizado no quadro “*Minhas Atividades*”, selecionar o item desejado, anexar a Proposta Comercial, digitar o valor proposto, em seguida, clicar no botão “*Enviar Proposta*”.
- 5.2. A Proposta Comercial com preço GLOBAL deve ser anexada em arquivo único, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods.
- 5.2.1. A Proposta de Preço é o valor que deve ser digitado após a anexação da Proposta Comercial (Anexo II do edital) e corresponde ao **VALOR GLOBAL** que consta da Proposta Comercial (Anexo II).
- 5.2.2. O VALOR lançado na Proposta de Preço e o constante da Proposta Comercial (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3. Os documentos de habilitação são aqueles elencados no item 8 deste Edital.
- 5.2.3.1. Não haverá outra oportunidade para envio dos documentos de habilitação, admitindo-se apenas o envio de documentos complementares nos termos do subitem 9.3.
- 5.2.4. É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3. A Proposta Comercial (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1. Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone, fax e e-mail;
- 5.3.2. O **PREÇO GLOBAL**, para o fornecimento descrito no subitem 1.1 do presente Edital, de acordo com o modelo de proposta do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 5 e subitens.
- 5.3.2.1. Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e seus anexos;
- 5.3.2.2. Não será admitido, no preço, o fracionamento de centavo que ultrapassar duas

casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos.

- 5.3.3. Descrição detalhada de cada mobiliário ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante;
- 5.3.4. Prazo de garantia dos equipamentos ofertados, não inferior a 12 (doze) meses para o item fornecido, contados a partir da data de entrega na CAIXA, com o respectivo ateste que o material foi entregue em perfeitas condições de uso.
- 5.3.5. Declaração sob as penalidades da lei, de que o(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconcondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
- 5.3.6. Prazo de validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;
- 5.3.7. **Declaração do licitante de que:**
- I. Se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive, os atos praticados, diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos, decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - II. Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no subitem 2.3 e seguintes deste Edital.
 - III. Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive, quanto aos critérios de habilitação.
- 5.3.8. Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação) por quem de direito.
- 5.4. Assim que a proposta e os documentos de habilitação forem acatados pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-mail, a confirmação do recebimento dos documentos.
- 5.5. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://licitacoes.caixa.gov.br), na “Área Logada” → “Acesso ao Sistema” → “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”, efetuar “login” → “Encaminhar/Alterar Proposta”, excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” e inserir a nova proposta.
- 5.6. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial ou documentos de habilitação apresentados até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO AO SISTEMA” → escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → escolher a opção “Enviar/Alterar Proposta e Documentação”, localizado no quadro “Minhas Atividades” → selecionar o item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta.

- 5.6.1. Caso haja a substituição da Proposta Comercial, após a anexação do arquivo contendo a nova Proposta Comercial, a Proposta de Preço deve ser novamente digitada.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará, automaticamente, as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.
- 6.2. Em seguida, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.3. As propostas classificadas pelo Pregoeiro serão ordenadas, automaticamente, pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme subitem 7.
- 6.4. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial, referida no subitem 5.3, com os respectivos valores, adequados ao preço do lance vencedor, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado, observando os seguintes critérios:
- Condições do subitem 6.5.1 a 6.5.5; e,
 - Compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação.
- 6.4.1. A proposta comercial adequada(s) deve(m) ser encaminhada(s) no prazo de até 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → efetuar login → marcar a modalidade de licitação → clicar em “Encaminhar Proposta Ajustada”, no quadro “Minhas Atividades”.
- 6.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 6.5.1. Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2. Contenham vícios insanáveis;
- 6.5.3. Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4. Apresente preço excessivo ou que não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA.
- 6.5.4.1. Verificada a hipótese de preço inexequível, o Pregoeiro concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.4.2. Transcorrida a etapa de lances e a negociação, será considerado excessivo o preço global do último lance, ou da proposta comercial do licitante, no caso de

não haver lances, que apresentar-se superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo III.

- 6.5.4.2.1. A aceitabilidade do preço máximo será verificada em relação ao preço global e aos preços unitários.
- 6.6. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7. O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedida de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme item 10 deste Edital.
- 6.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.9. Se todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.9.1. Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7. DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES

- 7.1. Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA”, clicar em “ACESSO AO SISTEMA” → escolher “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → realizar login → marcar a modalidade de licitação desejada → escolher a opção “Efetuar Lances”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO GLOBAL**.
 - 7.1.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada, automaticamente, pelo sistema, quando houver lance(s) ofertado(s), durante o intervalo dos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 7.1.1.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive, quando se tratar de lances intermediários.
 - 7.1.1.2. Existindo lance durante os 02 (dois) últimos minutos da fase competitiva, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em prorrogação automática por mais 02 (dois) minutos.
 - 7.1.2. Os lances intermediários são lances iguais ou superiores ao melhor já ofertado, porém, inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.
 - 7.1.3. O intervalo mínimo de diferença percentual entre os lances será de 0,01% (um

centésimo por cento), e incidirá sobre o lance ofertado pelo próprio licitante.

- 7.1.3.1. Na hipótese de não haver novos lances, durante a prorrogação automática, na forma estabelecida no subitem 7.1.1.1, a sessão pública será encerrada, automaticamente.
- 7.1.3.2. Encerrada a etapa de lances, sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio poderá reiniciar a etapa de lances, mediante justificativa no sistema.
- 7.1.4. Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando o licitante às penalidades constantes no item 14 deste Edital.
- 7.1.5. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo, se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
 - 7.2.1. No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
 - 7.2.2. **Os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO GLOBAL.**
- 7.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance, manifestamente inexequível, o preço incompatível ou o lance, manifestamente inexequível, poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo, se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
 - 7.5.1. A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.6. Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante que ofertou o menor preço.
- 7.7. Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Pregoeiro abrirá a etapa de negociação em conformidade com o subitem 7.11.
- 7.8. Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
 - 7.8.1. Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 5% superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
 - 7.8.1.1. O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar

proposta de preço inferior à da empresa mais bem classificada, que não se enquadra como MPE.

- 7.8.2. O Pregoeiro dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e em horários a serem informados, após o encerramento da etapa de lances.
- 7.8.2.1. O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.8.3. Havendo o exercício de preferência pela MPE, o Pregoeiro passa à etapa de negociação, em conformidade com o subitem 7.11, observando-se os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.8.4. Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital, serão convocadas as demais MPE, cujas propostas se enquadrem no limite de 5% (cinco por cento) estabelecido no subitem 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente.
- 7.8.5. Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.9. No caso de propostas com valores iguais, não ocorrendo lances e depois de observadas todas as exigências estabelecidas para o exercício do direito de preferência, previsto neste Edital, será observada a seguinte ordem para desempate para os bens e serviços:
- I. Produzido no País;
 - II. Produzido por empresa brasileira;
 - III. Produzido por empresa, que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - IV. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos, prevista em lei, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade, previstas na legislação, com observância ao subitem 21.10 deste Edital.
- 7.9.1. Na hipótese de persistir o empate, será realizado sorteio eletrônico, em hora marcada, após comunicação aos licitantes.
- 7.10. O percentual de redução do preço proposto, decorrente dos lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, **deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na forma deste Edital.**
- 7.11. Esgotadas as etapas anteriores, o Pregoeiro deverá **negociar** com o licitante melhor classificado para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo

essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na aba “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → efetuar login → marcar a modalidade de licitação → clicar em “Efetuar Negociação”.

- 7.12. Se houver negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13. Se a proposta ou o lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando-se o direito de preferência estabelecido para as MPE, a sua aceitabilidade e os procedimentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo licitante declarado vencedor do certame.

8. DOCUMENTAÇÕES NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1. Para fins de habilitação ao certame, os licitantes terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- Habilitação jurídica;
- Qualificação técnica;
- Qualificação econômico-financeira;
- Regularidade fiscal federal;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

- 8.1.1. O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal:

Nível I – Credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – O registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica;

Nível III – O registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal em âmbito federal e trabalhista;

Nível V – O registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – O registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa

situação financeira da proponente.

- 8.1.1.1. As certidões e as documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação do licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Pregoeiro.
- 8.1.2. Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do subitem 8.7.
- 8.1.3. A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta 'on line' no SICAF, opção "Situação do Fornecedor", depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.1.4. Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- 8.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.2.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.3. A documentação relativa à regularidade fiscal federal consistirá em:

- 8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei;
- 8.3.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 8.3.4. A MPE que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição;

- 8.3.4.1. Na situação supra, será assegurado à MPE declarada vencedora, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, para comprovar a sua regularidade fiscal.

8.4. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

- 8.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;

- 8.4.2. comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$LG = \frac{\textit{AtivoCirculante} + \textit{AtivoNãoCirculante}}{\textit{PassivoCirculante} + \textit{PassivoNãoCirculante}}$$

$$SG = \frac{\textit{AtivoTotal}}{\textit{PassivoCirculante} + \textit{PassivoNãoCirculante}}$$

$$LC = \frac{\textit{AtivoCirculante}}{\textit{PassivoCirculante}}$$

- 8.4.2.1. O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices, a partir das informações do balanço patrimonial do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

- 8.4.3. A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 168.563,72 (cento e sessenta oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos).

- 8.4.3.1. O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)}$$

- 8.4.3.1.1. Para o licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço da empresa, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei.

- 8.4.3.2. Caso seja de interesse do licitante concorrer para 02 (dois) ou mais ITENS, e a

empresa apresente resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira, por ocasião da consulta no SICAF, o patrimônio líquido contábil a ser comprovado não poderá ser inferior à soma dos valores exigidos para cada ITEM, respectivamente.

- 8.4.3.3. Para fins de comprovação de atendimento ao subitem 8.4.3.2, o licitante deverá apresentar declaração na proposta comercial informando os itens para os quais pretende participar.
- 8.4.3.4. Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.4.3.5. São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
 - 8.4.3.5.1. Publicado em Diário Oficial; ou,
 - 8.4.3.5.2. Publicado em jornal; ou,
 - 8.4.3.5.3. Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou,
 - 8.4.3.5.4. Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; e,
 - 8.4.3.5.5. Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD – Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.
 - 8.4.3.5.5.1. Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.5.5, o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento, que possibilite a comprovação dos documentos em site público.
- 8.4.4. As Entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.
- 8.4.5. O licitante, enquadrado como microempreendedor individual – MEI, está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.5. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**
 - 8.5.1. Apresentação de atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

- 8.5.1.1. Para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) que comprove(m) o fornecimento de 20% (vinte por cento) do total a ser fornecido, ou seja: comprovar o fornecimento de 118 (cento e dezoito) fragmentadoras.
- 8.5.1.2. O(s) atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) devem ser apresentados, contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, as quantidades e os prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.
- 8.5.2. Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser apresentados, inicialmente, com tradução livre.
- 8.5.2.1. Para fins de assinatura do contrato, os documentos de habilitação, escritos em língua estrangeira, devem ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.2.1.1. Quando os documentos forem de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados, devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.2.2. Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29/01/2016.
- 8.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui, em seu quadro permanente, menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.
- 8.6.1. Tal declaração deverá ser firmada, eletronicamente, pelo licitante, por meio de aceite do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do subitem 3.4.
- 8.7. Os documentos necessários para habilitação neste certame são os seguintes:
- 8.7.1. Para o licitante credenciado e cadastrado em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (Anexo VI);
 - d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo VII).
- 8.7.2. Para o licitante NÃO credenciado e NÃO cadastrado em cada nível do SICAF:

- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
- b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
- d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
- e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- a) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (Anexo VI);
- f) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo VII).

8.7.3. Os documentos de habilitação deverão ser enviados, impreterivelmente, no mesmo momento do envio das propostas comerciais.

8.7.3.1. O Pregoeiro, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.

8.8. Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VIII – Declaração de Autenticidade, assinada.

8.8.1. O Pregoeiro poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.

8.8.2. Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados, na forma do subitem 19.13 ou por assinatura física.

8.8.2.1. Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Pregoeiro também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.

8.8.3. A entrega de documentos, na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT/RJ, situada no endereço à Rua do Passeio, nº 38/40, Torre 3, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.021-290, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após a publicação da ata da sessão pública no sistema, podendo ser apresentados no original, ou por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.

9. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a fase de julgamento e de classificação das propostas, o Pregoeiro verificará, caso o licitante vencedor seja uma MPE e tenha utilizado o direito de

preferência, previsto no subitem 7.8.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.

- 9.1.1. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.1.2. A referida verificação será feita, mediante consulta ao Portal da Transparência, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br. Em Consulte Pessoa Jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.3. **A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado**, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme subitem 7.13.
- 9.2. O Pregoeiro efetuará a consulta “on line” ao SICAF, para verificação da situação do licitante, credenciado e cadastrado em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa e rubricada pelo Pregoeiro a Declaração de “Situação do Fornecedor”.
- 9.2.1. Nesse mesmo ato, o Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do subitem 8.7.
- 9.3. É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares, destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, sendo vedada a inclusão de novos documentos que deveriam ser encaminhados até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.
- 9.3.1. O prazo para envio da documentação complementar será de 02 (duas) horas, a contar da solicitação pelo Pregoeiro, por meio do sistema.
- 9.4. Será assegurado à MPE, que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do Pregoeiro.
- 9.4.1. A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2. Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório e somente será confirmada, após a verificação da regularidade fiscal.
- 9.4.3. A não-regularização da documentação fiscal da MPE, no prazo previsto no subitem 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das

sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

- 9.5. A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, além do SICAF, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- Ao CEIS/CNEP/CEPIM – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo – portaltransparencia.gov.br;
 - Ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas e Serviços” → “Cadastro Improbidade Administrativa” → “Consultar Requerido / Condenação: Retorna os requeridos cadastrados nos sistema, podendo-se detalhar as suas respectivas condenações”, selecionar esfera “*Todos(as)*”;
 - Ao SICOW – Sistema Interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.
- 9.7. **Não será habilitada a empresa que:**
- 9.7.1. Esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade, prevista no subitem 9.3, e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do subitem 9.4;
 - 9.7.2. Não comprove a regularidade da documentação habilitatória, por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado, quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do subitem 9.4;
 - 9.7.3. Esteja com o direito de licitar e de contratar com a CAIXA suspenso, ou esteja impedida de licitar e de contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou para contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
 - 9.7.4. Deixar de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.
- 9.8. Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do subitem 9.6, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as condições de habilitação dos demais proponentes, na ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante atenda plenamente às exigências do edital.

- 9.9. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(es), será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, devendo, obrigatoriamente, ser registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço licitacoes.caixa.gov.br, na aba “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → “SE VOCÊ É FORNECEDOR, FAÇA LOGIN AQUI: ACESSAR” → efetuar login → marcar a modalidade de licitação → clicar em “Intenção de Recurso”, localizada na aba “Minhas Atividades”, clicar em “Incluir Intenção de Recurso”, inserir a descrição da intenção de recurso e clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) minutos, a partir da comunicação pelo sistema.
- 10.1.1. A recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso, aceita pelo Pregoeiro, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar Razões de Recurso, facultando-se aos demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.1.2. Os recursos e as contrarrazões, somente, poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no subitem 11.1.
- 10.1.3. Os recursos e as contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser copiados e colados no campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br> → “Área do Licitante” → “Acesso ao Sistema” → “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar” → “Contrarrazão” localizada no quadro “Outras Ações”.
- 10.2. A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no subitem 11.1, importará a decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 10.3. Qualquer recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo, nos casos de habilitação ou de inabilitação do licitante ou de julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 10.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o resultado da licitação será submetido para homologação da autoridade competente.
- 10.6. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. À vista do relatório do Pregoeiro, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 11.2. A contratação formalizar-se-á, mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e as condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a Minuta do Contrato, que integra este Edital (Anexo IV).
- 11.3. Fica impedida de ser contratada o licitante que se enquadre em qualquer das situações, mencionadas no subitem 2.3.
- 11.4. O licitante, que for declarado vencedor da licitação e que não for cadastrado no SICAF, deverá providenciar o cadastramento e a habilitação no referido sistema, nos níveis I, II, III e VI, como condição para assinatura do contrato.
- 11.5. No ato da assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo, anexada após a minuta de Contrato (Anexo IV).
- 11.6. Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.244/2012, que consta anexada ao final da Minuta de Contrato (Anexo IV).
- 11.7. A assinatura do contrato pela adjudicatária dar-se-á, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
- 11.7.1. A convocação será encaminhada ao licitante vencedor por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA.
- 11.7.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 16 deste Edital.
- 11.8. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, observados os direitos de preferência, previstos neste Edital, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios, negociar os preços e, se acordado, tomar os demais procedimentos para contratação.
- 11.9. Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou de circunstância superveniente, que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, sua qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 11.9.1. Neste caso, será efetuada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no subitem 11.8.

12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 12.1. O contrato a ser firmado, cuja Minuta (Anexo IV) integra o presente edital, para todos os fins e os efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 13.1. A CAIXA, após o fornecimento e exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na Minuta de Contrato (Anexo IV).

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços e pela inexecução total ou parcial do objeto dos contratos, decorrentes da Ata, e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa em processo regular, o Fornecedor ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I. Multa;
- II. Suspensão temporária de participação em licitação e de contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- III. Impedimento de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

- 14.1.1. No caso de não atendimento à convocação da CAIXA para assinatura dos Contratos, o Fornecedor sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do fornecimento sem atendimento, objeto do Contrato não assinado, podendo a CAIXA cancelar o registro do Fornecedor.

- 14.1.2. A multa será aplicada nas situações, nas condições e nos percentuais indicados na minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo IV).

- 14.1.3. As multas serão descontadas do valor do documento fiscal do Contrato, decorrente da Ata e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA, judicialmente.

- 14.2. Ficará impedida de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, o licitante que incorrer em alguma das seguintes hipóteses:

- I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenha praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;

- IV. Convocado, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - VIII. Não mantiver a proposta;
 - IX. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - X. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive, com a prática de atos lesivos à Administração Pública, previstos na Lei nº 12.846/2013, e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 14.3. A penalidade de suspensão temporária de participação e de contratação com a CAIXA, além de outras situações de descumprimentos, também poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional, nas situações previstas nos incisos acima.
- 14.4. As sanções, previstas nos incisos II e III, poderão ser aplicadas, juntamente com a do inciso I.
- 14.5. As penalidades, indicadas neste item, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 14.6. As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 14.7. As penalidades de suspensão e de impedimento, aplicadas ao fornecedor, alcançam a figura dos sócios, administradores e dirigentes.
- 15. DOS ILÍCITOS PENAIS**
- 15.1. As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao contrato, serão objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.
- 16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 16.1. As despesas, decorrentes da contratação, correrão à conta de dotação orçamentária, prevista no pré-comprometimento de recurso nº 8000009333.
- 17. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**
- 17.1. A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado,

bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

- 17.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual e, em decorrência dessa anulação, os licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 18.1. O contrato a ser firmado terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da CONTRATADA, por períodos sucessivos, até o limite permitido na Lei nº 13.303/2016.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e as condições deste Edital e seus Anexos.
- 19.2. Os licitantes arcarão com todos os custos, decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas e de seus lances.
- 19.3. Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e nos Escritórios de Negócios, ou outra unidade, que não seja(m) a(s) indicada(s), na forma deste Edital.
- 19.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 19.5. Somente serão aceitas as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto, quando explicitamente disposto em contrário.
- 19.7. Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, em localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT/RJ, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.
- 19.8. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação, que deveria constar, originalmente, da proposta.
- 19.9. Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações, relativas à sessão pública do pregão.
- 19.10. Os licitantes que usufruíram da preferência, disposta no subitem 7.9, inciso IV, deverão cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, prevista em lei, para pessoas com deficiência ou para reabilitado da

Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade, previstas na legislação.

- 19.11. No caso de retificação do Edital, que não implique a sua republicação, o credenciamento e as propostas, porventura encaminhadas, continuam válidos.
- 19.11.1. Havendo republicação do edital, as propostas, porventura encaminhadas, serão canceladas, permanecendo válido, apenas, o credenciamento da(s) licitante(s).
- 19.12. É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- 19.13. É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível, capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

20. DA ARBITRAGEM

- 20.1. A CAIXA e a CONTRATADA poderão utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, inerentes a este Contrato, nos termos da Lei nº 9.307, de 23/09/1996, e suas alterações.

21. DO FORO

- 21.1. Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2022.

Pregoeiro
CECOT/RJ
Caixa Econômica Federal

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de 588 fragmentadoras em partículas, conforme especificações técnicas, para as unidades da CAIXA Econômica Federal, os quais deverão observar os padrões mínimos de qualidade exigíveis e ainda, em conformidade com as disposições deste Edital e de seus Anexos, que o integram e complementam.

1.1. Itens, quantidades e locais de entrega:

CAD	QUANTIDADE	
	110V	220V
CAD BELEM	27	8
CAD BELO HORIZONTE	60	4
CAD BRASILIA S.I.A	0	51
CAD CURITIBA	15	38
CAD GOIANA	15	27
CAD MANAUS	13	2
CAD PORTO ALEGRE	38	7
CAD RECIFE	0	95
CAD SALVADOR	12	23
CAD SÃO PAULO	130	23
TOTAL	588	

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS – FRAGMENTADORA DE PAPÉIS**2.1. Partículas**

- Capacidade de corte/Inserção: mínimo 15 folhas de papel A4, gramatura 75g/m²
- Tipo de fragmentação/Tamanho do corte: partículas no tamanho máximo de 160mm²
- Nível de segurança: mínimo P4 (norma DIN)
- Velocidade de fragmentação: mínima de 3,5 m/minuto
- Proteção contra sobrecarga
- Rodízios para locomoção
- Abertura da fenda de inserção: mínima de 230mm
- Potência mínima do motor: mínima 300 watts
- Sensor para acionamento e parada automáticos do equipamento

(presença e ausência de papel, respectivamente)

- Parada automática em caso de congestionamento de papel
- Dispositivo para reversão de papel alimentado em excesso
- Sensor de segurança que permita parada automática do equipamento quando o cesto de lixo estiver cheio
- Cesto de lixo com capacidade mínima de 24 litros
- Nível de ruído: máximo de 65 dB
- Voltagem: 110 e 220v ou bivolt
- Ciclo de funcionamento: contínuo com alimentação constante em no mínimo 20 minutos
- Garantia mínima de 12 meses

3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 3.1. O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial da União.
- 3.2. O prazo de vigência do contrato/pedido deve se encerrar na data do pagamento total dos valores contratados.
- 3.3. Os prazos de vigência não se referem ao prazo de entrega.

4. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

- 4.1. **A entrega deverá ser efetuada em até 40 (quarenta) dias corridos, após a data de emissão do Instrumento Contratual.**
- 4.2. Verificando-se que os bens estão avariados e/ou com defeitos, a Contratada deverá, após a comunicação pela CAIXA, substituí-los no prazo de até 15 (quinze) dias corridos.
- 4.3. O não cumprimento do prazo contratual de atendimento pela CONTRATADA, bem como a execução de serviços com qualidade insatisfatória serão motivos para aplicação de penalidades contratualmente previstas.
- 4.4. Utilizar materiais comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado e recondicionado, nem fora de linha de fabricação, obedecendo rigorosamente às especificações indicadas no item 2 deste Termo de Referência.
- 4.5. No caso de descontinuidade de produção do objeto contratado por parte do fabricante, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CAIXA e oferecer produto similar existente no mercado para apreciação e aprovação da substituição.

- 4.6. O equipamento deverá estar em conformidade com a presente especificação técnica, podendo a CAIXA se reservar o direito de executar testes de desempenho do item fornecido antes do aceite final.
- 4.7. Utilizar produtos que comprovadamente sejam considerados inofensivos ao meio ambiente e ao ser humano.
- 4.8. Informar, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, nome e RG do(s) técnico(s) responsável(s) pelo atendimento à unidade para entrega e notificação à área destino do item, para liberação de acesso nas unidades.
- 4.9. O não agendamento prévio eximirá a CAIXA de quaisquer despesas que poderão ocorrer por impedimento de acesso às unidades da CAIXA, por falta de prévia comunicação pela CONTRATADA.
- 4.10. A impossibilidade de entrega nas unidades da CAIXA por falta de agendamento prévio não permitirá que a CONTRATADA entregue em outro local que não seja o destino inicial determinado pela CAIXA, através da Ordem de Fornecimento ou através de e-mail, exceto com concordância e autorização da CAIXA.
- 4.11. A entrega do item poderá ocorrer em dias e horários definidos pela CAIXA, inclusive finais de semana, feriados e em horários não comerciais e noturnos, pois poderá ocorrer impedimento de acesso, previsto em norma externa (leis municipais e regras de condomínio), referente a carga/descarga de material.
- 4.12. Qualquer mudança de endereço ou inclusão/exclusão de Unidades diferentes das constantes no Anexo IV - Relação das Unidades será formalmente comunicada à CONTRATADA, quando da emissão do pedido/contrato.
- 4.13. Eventualmente, a critério da CAIXA, o endereço de entrega indicado no pedido/contrato poderá ser alterado e comunicado por correspondência eletrônica.
- 4.14. Manter os empregados, quando nas dependências da CAIXA, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e foto 3x4.
- 4.15. Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número do modelo, marca/fabricante, quantidade contida em cada caixa, número do contrato e nome da fornecedora/fabricante.
- 4.16. Acondicionar o material a ser fornecido, em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado pela CONTRATADA, cujo custo está incluído no preço ofertado.
- 4.17. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o (os) local(is) de entrega.
- 4.18. Para efeito de solicitações de emergência deverá ser mantido um sistema de comunicação alternativa (telefone celular, rádio, etc.), devendo o número dos mesmos ser informado no ato da assinatura do contrato ou no decorrer da vigência do contrato.

- 4.19. Deverão ser comunicadas pela CONTRATADA imediatamente à CAIXA quaisquer alterações ocorridas no endereço, conta bancária e outras informações que julgáveis necessárias para recebimento de correspondência durante o contrato.
- 4.20. A CONTRATADA não poderá utilizar o nome da CAIXA, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impresso etc., sob pena de imediato cancelamento desta ATA e do contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.
- 4.21. Deverá (ao) ser recolhida na(s) Unidade(s) CAIXA atendidas, no momento da entrega do item, o comprovante de entrega, que deverá ter data, assinatura e carimbo de empregado CAIXA, no caso de entrega no depósito de material permanente da CAIXA a assinatura poderá ser do empregado terceirizado responsável, para fins de faturamento (Anexo VII - Termo de Recebimento).

5. VOLTAGEM DOS APARELHOS ELÉTRICOS

- 5.1. Os aparelhos elétricos deverão ser bivolt, 110 v ou 220 v. Voltagem de acordo com a utilizada em cada estado.

6. DOS PREÇOS E PAGAMENTO

- 6.1. No valor proposto deverá contemplar todas as despesas com o transporte e entrega do item no local indicado pela CAIXA, bem como, os valores de embalagens, seguros e outros insumos envolvidos do fornecimento.
- 6.2. A CAIXA efetuará o pagamento por crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente em agência da CAIXA, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa, acompanhada do respectivo ateste/comprovante de entrega da área destinatária do equipamento, de que o fornecimento e testes foram realizados satisfatoriamente.
- 6.3. Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as correções necessárias, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 6.4. As notas fiscais de venda, juntadas aos atestes/comprovaantes de entrega recolhidos com a discriminação do número do processo administrativo que originou a contratação, número do contrato e número de etiqueta de patrimônio, deverão ser encaminhados para faturamento à CELOG/CEPCA, situada na Av. Paulista, 750 – 3º andar – Cerqueira César – São Paulo/SP – CEP: 01.310-908.
- 6.5. Deverá (ao) ser recolhida(s) na(s) Unidade(s) CAIXA atendida(s), no momento da entrega do item, comprovante de entrega, que deverá ter assinatura, data e carimbo de empregado CAIXA ou de empregado terceirizado responsável no caso de entrega Depósito de material permanente da CAIXA - LEGÍVEIS, para fins de faturamento.

- 6.6. O descumprimento do prazo de entrega definido ensejará em multa no valor total do pedido/contrato de:
- 2% (dois por cento) do valor total do pedido com atraso, no período de 1 a 15 dias; ou,
 - 3% (três por cento) do valor total do pedido com atraso, no período de 16 a 30 dias de atraso; ou,
 - 5% (cinco por cento) do valor total do pedido com atraso, no período superior a 31 dias de atraso.
- 6.6.1. No caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, será facultado a CAIXA, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, ficando a contratada impedida de licitar e de contratar com a CAIXA, por um prazo de até 05 (cinco) anos e ainda, simultaneamente, a aplicação de multa, conforme subitem 6.6.
- 6.6.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato/pedido por cláusula não cumprida, limitando-se a 5% (cinco por cento) do total do contrato/pedido. Após o quinto descumprimento, será configurada a inexecução total do contrato, sujeitando-se às demais sanções cabíveis e à rescisão contratual.
- 6.6.3. Caso seja constatada alguma irregularidade nas nota fiscal/fatura, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CAIXA

- 7.1. Permitir, ao pessoal técnico da CONTRATADA, acesso ao local de entrega, obedecido ao horário de expediente da CAIXA ou, em horário excepcional, estabelecido pela CAIXA, sem nenhum ônus adicional.
- 7.2. Notificar a CONTRATADA, fixando prazo para corrigir defeitos ou irregularidades, verificadas na execução dos serviços objeto do contrato.
- 7.3. Proibir que pessoas não autorizadas pela CONTRATADA, ou pela CAIXA, sob qualquer pretexto, efetuem intervenção técnica nas fragmentadoras de papéis, objeto do contrato.

8. PRAZO DE GARANTIA

- 8.1. A CONTRATADA deverá dar garantia de 12 (doze) meses para o item fornecido, contados a partir da data de entrega na CAIXA, com o respectivo ateste que o material foi entregue em perfeitas condições de uso.
- 8.2. Tais garantias deverão compreender qualquer defeito no funcionamento ocasionado por defeito de fabricação ou aqueles que tenham sofrido danos durante o transporte até as dependências da CAIXA, contados a partir da data da entrega.
- 8.3. A troca do produto nessas condições deverá ocorrer em no máximo 10 (dez)

dias úteis após solicitação, sem ônus para a CAIXA, mesmo o produto estando em garantia, a troca do equipamento deverá ser feita pela contratada.

- 8.4. A correção ou substituição dos equipamentos que apresentarem defeito durante o prazo de garantia deverá ser realizada no local em que o equipamento foi entregue, por conta da CONTRATADA, sem ônus para a CAIXA, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 8.5. Caso o equipamento em garantia necessite ser retirado para conserto, as despesas com transporte, e a devolução deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.6. O serviço executado previsto em garantia deverá ser atestado/comprovado por empregado da CAIXA, com data, assinatura sob carimbo, em relatório de serviços executados, fornecido pela empresa, no momento da conclusão deste.
- 8.7. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para a CAIXA, toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 10 (dez) dias corridos, caso constatado divergências nas especificações ou, quando for o caso com o material entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis inclusive impedimento de licitar e contratar com a CAIXA por um prazo de até 05 (cinco) anos.
- 8.8. A reposição dos equipamentos em garantia nos casos em que não haja possibilidade de manutenção corretiva, ou defeito de fabricação, deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sem ônus para a CAIXA.
- 8.9. A CAIXA poderá realizar vistoria/ análise, pós entrega, das fragmentadoras de papéis, fornecidas às unidades, a título de amostragem, com o intuito de certificar a qualidade e cumprimento das especificações exigidas.

9. ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO PATRIMONIAL

- 9.1. Todo item de equipamento de uso deverá ser fornecido com etiqueta de identificação patrimonial, que será entregue pela CAIXA ao contratado.
- 9.2. Após a assinatura do contrato, a CAIXA fornecerá a faixa de números patrimoniais a serem impressos na etiqueta de identificação patrimonial, não podendo a empresa emitir etiquetas: sem numeração, com numeração duplicada ou com numeração diferente da fornecida pela CAIXA.
- 9.3. As etiquetas deverão ser afixadas nos equipamentos pelo fornecedor, antes da entrega do equipamento.
- 9.4. Nas notas fiscais emitidas pela contratada, devem constar a numeração da etiqueta do equipamento entregue ou com documento complementar anexo.
- 9.5. Qualquer alteração será comunicada previamente ao contratado.

Código do Item:	Descrição:
6001734 - FRAG	FRAG -FRAGMENTADORA
Plaqueta:	Local de Colagem:
Metálica	METÁLICA PRÓXIMO A PLAQUETA DO FABRICANTE

10. EXIGIBILIDADES E OUTRAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Todo o equipamento deverá ser novo e deverá estar em perfeitas condições para operação imediata.
- 10.2. O equipamento deverá estar em conformidade com a presente especificação técnica, podendo a CAIXA se reservar o direito de executar testes de desempenho do item fornecido antes do aceite final.
- 10.3. O equipamento deverá ser entregue em embalagem individual lacrada e identificada com o nº de série e a data de fabricação, além de conter todos os demais acessórios para sua instalação e adequadamente protegidos para o transporte adequado dos itens.
- 10.4. Junto com o equipamento deverão ser fornecidos:
- Manual em português;
 - Relação de endereços completos da Assistência Técnica Autorizada;
 - Termo de Garantia e/ou cópia da nota fiscal de venda/simples remessa;
 - Placa de inventário da CAIXA.
- 10.5. A contratada deverá manter um canal de comunicação (telefone, e-mail) para dirimir dúvidas dos usuários.
- 10.6. Informar, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, nome e RG do(s) técnico(s) responsável(s) pelo atendimento à unidade para entrega e notificação à área destino do item, para liberação de acesso nas unidades.
- 10.7. O não agendamento prévio eximirá a CAIXA de quaisquer despesas que poderão ocorrer por impedimento de acesso às unidades da CAIXA, por falta de prévia comunicação pela CONTRATADA.
- 10.8. A impossibilidade de entrega nas unidades da CAIXA por falta de agendamento prévio não permitirá que a CONTRATADA entregue em outro local que não seja o destino inicial determinado pela CAIXA, através da Ordem de Fornecimento ou através de e-mail, exceto com concordância e autorização da CAIXA.
- 10.9. A entrega do item poderá ocorrer em dias e horários definidos pela CAIXA, inclusive finais de semana, feriados e em horários não comerciais e noturnos, pois poderá ocorrer impedimento de acesso, previsto em norma externa (leis municipais e regras de condomínio), referente a carga/descarga de material.
- 10.10. Qualquer mudança de endereço ou inclusão/exclusão de Unidades diferentes das constantes no Anexo IV - Relação das Unidades será formalmente comunicada à CONTRATADA, quando da emissão do pedido/contrato.
- 10.11. Eventualmente, a critério da CAIXA, o endereço de entrega indicado no pedido/contrato poderá ser alterado e comunicado por correspondência eletrônica.

- 10.12. Manter os empregados, quando nas dependências da CAIXA, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e foto 3x4.
- 10.13. Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número do modelo, marca/fabricante, quantidade contida em cada caixa, número do contrato e nome da fornecedora/fabricante.
- 10.14. Acondicionar o material a ser fornecido, em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado pela CONTRATADA, cujo custo está incluído no preço ofertado.
- 10.15. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o (os) local(is) de entrega.
- 10.16. Para efeito de solicitações de emergência deverá ser mantido um sistema de comunicação alternativa (telefone celular, rádio, etc.), devendo o número dos mesmos ser informado no ato da assinatura do contrato ou no decorrer da vigência do contrato.
- 10.17. Deverão ser comunicadas pela CONTRATADA imediatamente à CAIXA quaisquer alterações ocorridas no endereço, conta bancária e outras informações que julgáveis necessárias para recebimento de correspondência durante o contrato.
- 10.18. A CONTRATADA não poderá utilizar o nome da CAIXA, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impresso etc., sob pena de imediato cancelamento desta ATA e do contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.
- 10.19. Deverá (ao) ser recolhida na(s) Unidade(s) CAIXA atendidas, no momento da entrega do item, o comprovante de entrega, que deverá ter data, assinatura e carimbo de empregado CAIXA, no caso de entrega no depósito de material permanente da CAIXA a assinatura poderá ser do empregado terceirizado responsável, para fins de faturamento (Apêndice A).

11. CLÁUSULAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 11.1. Cláusulas gerais de Segurança da Informação
 - 11.1.1. O grau de criticidade da segurança da informação para o objeto deste termo de referência é baixo.
 - 11.1.2. A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).
 - 11.1.3. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

- 11.1.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 11.1.5. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 11.1.6. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 11.1.7. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 11.1.8. A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 11.1.9. A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 11.1.10. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 11.1.11. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.
- 11.1.12. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 11.2. Cláusulas específicas de Segurança da Informação – Grau de criticidade baixo
- 11.2.1. A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço (MO 19.607).
- 11.2.2. A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, disponível no Portal Licitações CAIXA, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 11.2.3. A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no

mínimo o seguinte conteúdo:

- i. Conhecimento da política de segurança da informação da empresa CONTRATADA e da CAIXA, mencionada no subitem 11.1.2;
 - ii. Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
 - iii. Proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
 - iv. Proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
 - v. Uso seguro de dispositivos;
 - vi. Uso seguro de e-mails;
 - vii. Uso seguro de soluções em nuvem;
 - viii. Uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
 - ix. Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
 - x. Formas defensivas contra phishing e smshing;
 - xi. Formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;
 - xii. Formas defensivas contra engenharia social;
 - xiii. Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA;
 - xiv. Vazamento de dados e proteção de senhas;
 - xv. Metodologia e princípios da Privacy by Design e Secure by Design.
- 11.2.3.1. O treinamento referido no subitem 11.2.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 04 horas.
- 11.2.4. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no subitem 11.2.3.
- 11.2.5. A CONTRATADA deve apresentar semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.
- 11.2.6. A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.
- 11.2.7. A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de

segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

- 11.2.8. A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.
- 11.2.9. Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 11.2.10. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:
 - a. Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme subitem 2.5, no último semestre dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - b. Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.
- 11.2.11. O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente termo de referência, poderá implicar em:
 - a. Multa;
 - b. Suspensão temporária de participação em licitação e em contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - c. Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- 11.2.12. Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a apresentar alternativas para a continuidade do fornecimento do objeto deste termo de referência.
- 11.2.13. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais, que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE, serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 05 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 11.2.14. No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:
 - a. Entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;

- b. Executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a contratante ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
- c. Devolver ou transferir a quem for designado pela contratante todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

12. PRIVACIDADE E O ATENDIMENTO À LGPD NAS CONTRATAÇÕES

12.1. Cláusula Específicas Relacionadas À Privacidade

12.1.1. DECLARAÇÃO:

“As Partes declaram que cumprem a legislação brasileira sobre privacidade, incluindo-se a Lei n. 13.079/2018. E, em caso de armazenamento de dados pessoais, a CAIXA se compromete a adotar as medidas de segurança para proteger dados pessoais, e a CONTRATADA atesta que obteve as aprovações necessárias para o uso dos dados cadastrais ora informados, com a finalidade de faturamento do bem fornecido. As Partes têm conhecimento que as autorizações poderão ser revogadas a qualquer momento pela respectiva pessoa natural, mediante simples requerimento, e portanto, se comprometem a informar uma a outra a respeito de tais revogações de consentimento, a fim de que as devidas medidas sejam tomadas.”

ANEXO I-A**QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA**

O **ANEXO I-A – QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA**, parte integrante do presente Anexo I, deverá ser obtido, através do site www.licitacoes.caixa.gov.br, clicar no quadro “Compradores CAIXA”, clicar no link “em Credenciamento”, localizar o Pregão Eletrônico nº **0320/2022**, ir na aba Edital no final da tela e clicar sobre o link para fazer download do Edital e anexos.

--	--	--

OBSERVAÇÕES

Informar o estado do(s) equipamento(s) recebido(s): lacrado; novo; com os acessórios; cabos; manual em português.

Local e Data de Recebimento:

Identificação do empregado responsável pelo recebimento (Nome, carimbo, data, assinatura).

ANEXO II**PROPOSTA COMERCIAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0320/2022**

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de fragmentadoras em partículas às unidades da CAIXA, em Âmbito Nacional, de acordo com as especificações e as condições constantes do edital do **Pregão Eletrônico nº 0320/2022** e seus anexos.

OBJETO (A)	MARCA/ MODELO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTDE (B)	PREÇO UNITÁRIO R\$ (C)	PREÇO GLOBAL R\$ (E = B x C) (*)
Fragmentadora em partículas			588		

(*) Valor a ser digitado no Portal

VALOR DE GLOBAL: R\$ () valor por extenso**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** () dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60 dias)

PRAZO DE GARANTIA DOS BENS ofertados, não inferior a 12 (doze) meses para o item fornecido, contados a partir da data de entrega na CAIXA, com o respectivo ateste que o material foi entregue em perfeitas condições de uso.

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. Que seu(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da CAIXA e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

– Empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em

área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato objeto da presente licitação;

- Empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da licitação;
- Empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação;
- Autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

Local e data,

Assinatura do representante legal da empresa

Nome/RG/CPF

INSTRUÇÕES:

1. A PROPOSTA DE PREÇO, corresponde ao **VALOR GLOBAL**, constante da **Coluna E**, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.
2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 2.1. O licitante deverá efetuar o *login* no sistema por meio da opção “Acesso ao Sistema”, no link “Se Você é Licitante, faça login aqui: Acessar”, preencher os campos solicitados (e-mail e senha), e clicar em “*entrar*”, escolher a opção “Encaminhar/Alterar Propostas”, localizada no quadro “Minhas Atividades”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Envio de Proposta”, escolher o(s) item(ns) que deseja participar e digitar o valor proposto.
- 2.1.1. Para anexar a proposta comercial, clicar em “Anexar Arquivo”, em seguida “Procurar”, localizar o documento e clicar em “Enviar”, conferir e clicar em “Fechar”.
3. Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

ANEXO III

PLANILHA QUANTITATIVOS E PREÇOS

PREÇOS MAXIMOS ADMITIDOS		
QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
588	R\$ 2.866,73	R\$ 1.685.637,24

ANEXO IV**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº ____/2022, PARA O FORNECIMENTO DE FRAGMENTADORAS EM PARTÍCULAS ÀS UNIDADES DA CAIXA, EM ÂMBITO NACIONAL, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DE OUTRO, A EMPRESA

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF**, instituição financeira, sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976; pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016; pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações, no Rio de Janeiro – CECOT/RJ, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada na Rua do Passeio, nº 38/40 – Torre 3, 12º andar – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.021-290, neste ato, representada pelo(a) _____ *[indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante, designada **CAIXA**, de um lado, e a empresa _____ *[indicar o nome da empresa em caixa-alta e negrito]*, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº ____./____./_____-__, com sede na _____ *[indicar o endereço completo, inclusive CEF]*, neste ato, representada por _____ *(indicar e qualificar o representante da contratada)*, doravante, designada **CONTRATADA**, de outro, em face da autorização do(a) _____ *(indicar o nome e cargo do autor da autorização)* da CAIXA ou nos casos de autorização colegiada *informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex., em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº ____)*, de ____./____./_____, constante do Processo Administrativo nº **5688.01.1723.0/2022**, Pregão Eletrônico nº **0320/2022**, têm justo e contratado o fornecimento do objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 10.520, de 17/07/2002; do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, e, subsidiariamente, da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA, e aos preceitos de Direito Privado, bem como às cláusulas e às condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de fragmentadoras em partículas às unidades da CAIXA, em Âmbito Nacional.

Parágrafo Único – A especificação pormenorizada do objeto contratado, o quantitativo, a forma de execução do contrato, o(s) local(is) de entrega, bem como as obrigações específicas da CONTRATADA, estão indicadas no Termo de Referência – Anexo I, que integra e complementa este Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste Contrato e anexos:

- I. Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega, bem como as demais disposições deste Contrato;
- II. prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- III. Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto;
- IV. Dispor-se a fiscalização da CAIXA no tocante ao objeto contratado;
- V. Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento objeto deste Contrato, com a qualidade e rigor exigidos;
- VI. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a qualquer tempo e sem ônus para a CAIXA, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste Contrato e anexos ou apresentar defeitos, vícios, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- VII. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso as suas dependências;
- VIII. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste Contrato;
- IX. Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;
- X. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- XI. Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XII. Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XIII. Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- XIV. Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este Contrato;

XV. Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;

XVI. Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;

XVII. Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades;

XVIII. Aceitar alterações das condições de fornecimento inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato;

XIX. Indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições deste Contrato, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;

XX. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;

XXI. Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XXII. Assumir defeitos do bem produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;

XXIII. Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública;

XXIV. Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA;

XXV. Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA (https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx);

XXVI. Utilizar materiais comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado e recondicionado, nem fora de linha de fabricação, obedecendo rigorosamente às especificações indicadas no item 2 do termo de referência (Anexo I);

XXVII. No caso de descontinuidade de produção do objeto contratado por parte do fabricante, a contratada deverá comunicar formalmente à CAIXA e oferecer produto similar existente no mercado para apreciação e aprovação da substituição;

XXVIII. O equipamento deverá estar em conformidade com a presente especificação técnica, podendo a CAIXA se reservar o direito de executar testes de desempenho do item fornecido antes do aceite final;

XXIX. Utilizar produtos que comprovadamente sejam considerados inofensivos ao meio ambiente e ao ser humano;

XXX. Informar, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, nome e RG do(s) técnico(s) responsável(s) pelo atendimento à unidade para entrega e notificação à área destino do item, para liberação de acesso nas unidades;

XXXI. O não agendamento prévio eximirá a CAIXA de quaisquer despesas que poderão ocorrer por impedimento de acesso às unidades da caixa, por falta de prévia comunicação pela contratada;

XXXII. A impossibilidade de entrega nas unidades da caixa por falta de agendamento prévio não permitirá que a contratada entregue em outro local que não seja o destino inicial determinado pela caixa, através da ordem de fornecimento ou através de e-mail, exceto com concordância e autorização da CAIXA;

XXXIII. A entrega do item poderá ocorrer em dias e horários definidos pela CAIXA, inclusive finais de semana, feriados e em horários não comerciais e noturnos, pois poderá ocorrer impedimento de acesso, previsto em norma externa (leis municipais e regras de condomínio), referente a carga/descarga de material;

XXXIV. Qualquer mudança de endereço ou inclusão/exclusão de unidades diferentes das constantes no Anexo I – A Quantitativos e Locais de Entrega será formalmente comunicada à contratada, quando da emissão do pedido/contrato;

XXXV. Eventualmente, a critério da CAIXA, o endereço de entrega indicado no pedido/contrato poderá ser alterado e comunicado por correspondência eletrônica;

XXXVI. Manter os empregados, quando nas dependências da CAIXA, devidamente identificados com crachá subscrito pela contratada, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e foto 3x4;

XXXVII. Informar nas embalagens de transporte do material, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: número do modelo, marca/fabricante, quantidade contida em cada CAIXA, número do contrato e nome da fornecedora/fabricante;

XXXVIII. Acondicionar o material a ser fornecido, em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado pela contratada, cujo custo está incluído no preço ofertado;

XXXIX. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o (os) local(is) de entrega;

XL. Para efeito de solicitações de emergência deverá ser mantido um sistema de

comunicação alternativa (telefone celular, rádio, etc.), devendo o número dos mesmos ser informado no ato da assinatura do contrato ou no decorrer da vigência do contrato;

XLI. Deverão ser comunicadas pela contratada imediatamente à CAIXA quaisquer alterações ocorridas no endereço, conta bancária e outras informações que julgáveis necessárias para recebimento de correspondência durante o contrato;

XLII. A CONTRATADA não poderá utilizar o nome da caixa, ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impresso etc., sob pena de imediato cancelamento desta ata e do contrato decorrente, independentemente de aviso ou interpelação judicial, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;

XLIII. Deverá (ao) ser recolhida na(s) unidade(s) CAIXA atendidas, no momento da entrega do item, o comprovante de entrega, que deverá ter data, assinatura e carimbo de empregado caixa, no caso de entrega no depósito de material permanente da caixa a assinatura poderá ser do empregado terceirizado responsável, para fins de faturamento (Anexo I-B – Termo de Recebimento do termo de referência);

XLIV. As demais obrigações específicas da contratada estão definidas no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste Contrato e anexos:

I. Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, seus empregados ou seus mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

II. Responder por qualquer tipo de autuação ou ação, que venha a sofrer, em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III. Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA;

IV. Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, das informações ou dos documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e por danos, a que der causa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

I. Indicar os locais e os horários, em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;

II. Notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizada a defesa prévia;

III. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Contrato.

IV. Exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado pela CAIXA.

Parágrafo Único – No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos, eventualmente, decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

Pela perfeita execução do objeto deste Contrato, obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA os preços unitários abaixo indicados, perfazendo o valor global de R\$ _____ (valor por extenso).

OBJETO (A)	MARCA/ MODELO	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	QTDE (B)	PREÇO UNITÁRIO R\$ (C)	PREÇO GLOBAL R\$ (E = B x C) (*)
Fragmentadora em partículas			588		

Parágrafo Primeiro – Os valores contratados poderão ser alterados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da CAIXA, para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, diante dos seguintes motivos:

I. Quando necessário assegurar a equivalência entre o objeto contratual e a remuneração do contratado, por meio do restabelecimento do equilíbrio contratual, desde que objetivamente demonstrado, mediante acordo entre as partes.

Parágrafo Segundo – A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Terceiro – Havendo alteração do contrato que aumente ou reduza os encargos do contratado, a CAIXA deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Parágrafo Quarto – É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CAIXA, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, no 10º (décimo) dia útil, a contar da data da entrega do objeto aceito pela CAIXA, mediante crédito em conta

corrente, mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

Parágrafo Primeiro – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- a) a identificação completa da CAIXA, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;
- b) descrição detalhada de todos os itens que compõem o fornecimento de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, quando for o caso, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) pelo fornecimento.

Parágrafo Segundo – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

Parágrafo Terceiro – A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quarto – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Sexto – A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo – Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetivará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

Parágrafo Oitavo – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste Contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula: $VAT = \frac{VIN}{IDI} \times IDF$. Onde:

– VAT = valor atualizado;

- VIN = valor inicial;
- IDI = IGP-M/FGV, na data inicial; e,
- IDF = IGP-M/FGV, na data final.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá a duração de **12 (doze) meses**, a contar de dd/mm/aaaa, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução deste Contrato caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Segundo – A CAIXA poderá promover as diligências, que entender necessárias, para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

Parágrafo Terceiro – A ausência de fiscalização por parte da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DO RESSARCIMENTO

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este Contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA, em condenações trabalhistas, originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas, em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA, em razão de ato lesivo, que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado, no âmbito da Lei Anticorrupção e multa, que lhe tenha sido aplicada, com base na Lei nº 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas, em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no

período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula: $VAT = \frac{VIN}{IDI} \times IDF$.

Onde:

- VAT = valor atualizado;
- VIN = valor inicial;
- IDI = IGP-M/FGV, na data inicial; e,
- IDF = IGP-M/FGV, na data final.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- I. Todos os tributos, que forem devidos, em decorrência do objeto deste Contrato, bem como as obrigações acessórias, deles decorrentes;
- II. As contribuições, devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, os prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os emolumentos e outras despesas, que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I. Multa;
- II. Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a caixa, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a união pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

Parágrafo Primeiro – A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

- a. O descumprimento do prazo de entrega definido ensejará em multa no valor total do pedido/contrato de:
 - i. 2% (dois por cento) do valor total do pedido com atraso, no período de 1 a 15 dias de atraso;
 - ii. 3% (três por cento) do valor total do pedido com atraso, no período de 16 a 30 dias de atraso;
 - iii. 5% (cinco por cento) do valor total do pedido com atraso, no período superior a 31 dias de atraso.
- b. No caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, será facultado a caixa, a partir do

31º (trigésimo primeiro) dia, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, ficando a contratada sujeita as demais penalidades cabíveis e ainda simultaneamente a aplicação de multa conforme disposto no item a acima.

c. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) do valor total do pedido pela recusa não justificada em assinar a ordem de fornecimento/contrato, pelo fornecedor.

d. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato/pedido por cláusula não cumprida, limitando-se a 5% (cinco por cento) do total do contrato/pedido, após o quinto descumprimento será configurada a inexecução total do contrato, sujeitando-se às demais sanções cabíveis e rescisão contratual.

e. Ensejará em rescisão contratual, o não cumprimento dentro dos prazos e termos contratados, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – As multas serão descontadas do valor do documento fiscal e, se não for suficiente, será cobrada diretamente da CONTRATADA judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, o licitante que incorrer em alguma das seguintes hipóteses:

- I. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II. Tenha praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA, em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV. Convocado, dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato;
- V. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII. Não mantiver a proposta;
- IX. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive, com a prática de atos lesivos à Administração Pública, previstos na Lei nº 12.846/2013, e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

Parágrafo Quarto – A penalidade de suspensão temporária de participação e contratação com a CAIXA, além de outras situações de descumprimentos, também poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional nas situações previstas nos incisos acima.

Parágrafo Quinto – As sanções previstas nos incisos II e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso I.

Parágrafo Sexto – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo

administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Parágrafo Sétimo – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Oitavo – As penalidades de suspensão e impedimento aplicadas à CONTRATADA alcançam a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A rescisão do contrato se dá:

- I. De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado;
- III. Por determinação judicial.

Parágrafo Primeiro – Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, a menores de 18 anos e, qualquer trabalho, a menores de 16 anos, salvo, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV. A prática de atos lesivos à Administração Pública, previstos na Lei nº 12.846/2013;
- V. Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI. Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou à reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos III, IV, V e VI será efetivada após o regular processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto – Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no item de acompanhamento nº 3102-01, compromisso SAP nº 8000009333.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II. Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou de diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;
- III. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou de execução de obra ou de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I. Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais do fornecimento, caso em que a CAIXA comunicará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- II. É vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- III. É vedada a subcontratação para o fornecimento objeto deste instrumento;
- IV. No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, constante deste Contrato, permite a contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.244/2012;
- V. É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil – ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível, capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ARBITRAGEM

A CAIXA e a CONTRATADA poderão utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos, relativos a direitos patrimoniais disponíveis, inerentes a este Contrato, nos termos da Lei nº 9.307, de 23/09/1996, e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

_____, _____ de _____ de _____

Local/data**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**

Nome: _____

CPF(MF): _____

DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA

Nome: _____

CPF(MF): _____

Testemunhas

Nome: _____

CPF(MF): _____

Nome: _____

CPF(MF): _____

ANEXO DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e de contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e de contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou para contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 06 (seis) meses.

_____, ____ de _____ de _____
Local e data,

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO DO CONTRATO Nº ____/2022

DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL**ANEXO IV DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RBF Nº 1.244/2012**

Ilmo. Sr.

Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata o art. 12, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e,
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32, da Lei nº 9.430/1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299, do Decreto-lei nº 2.848, de 07/12/1940 – Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º, da Lei nº 8.137, de 27/12/1990).

_____, de _____ de _____

Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO DO CONTRATO Nº**CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****Combate à Corrupção****1. OBJETIVO**

- 1.1. Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.
- 1.2. Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.
- 1.3. As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, tendo como fim o bem comum.
- 1.4. Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2. PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

- 2.1. **Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:**
 - 2.1.1. Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.
 - 2.1.2. Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.
 - 2.1.3. Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.
 - 2.1.4. Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do art. 42 e incisos, do Decreto nº 8.420/2015, que regulamentou a Lei nº 12.846/2013.
 - 2.1.5. Adotar mecanismos e procedimentos internos para a adoção e a incorporação de critérios e de práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e de serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº

8.666/1993.

- 2.1.6** Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais gerados por seus processos, produtos e serviços, e na mitigação, na correção ou na compensação, quando identificados.
- 2.1.7** Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente.
- 2.1.8** Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou de segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
- 2.1.9** Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.
- 2.1.10** Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/ impactos relacionados à saúde e à segurança de seus funcionários, em decorrência das atividades da empresa.
- 2.1.11** Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.
- 2.1.12** Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- 2.2.** As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

3. PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

- 3.1. A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:**
 - 3.1.1.** Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
 - 3.1.2.** Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.
 - 3.1.3.** Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
 - 3.1.4.** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.
 - 3.1.5.** Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

- 3.1.6.** Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.
- 3.1.7.** Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.
- 3.1.8.** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.
- 3.1.9.** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.
- 3.1.10.** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- 3.1.11.** Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.
- 3.2. Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/2013 e às regulamentações, a adotar as seguintes ações:**
 - 3.2.1.** Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.
 - 3.2.2.** Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.
 - 3.2.3.** Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.
 - 3.2.4.** Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei nº 9.613/1998, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.
 - 3.2.5.** Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.
 - 3.2.6.** Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.
- 3.3. A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:**
 - 3.3.1.** Respeito – As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros

absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

- 3.3.2.** Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.
- 3.3.3.** Compromisso – Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.
- 3.3.4.** Transparência – Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.
- 3.3.5.** Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.
- 3.3.6.** Responsabilidade Socioambiental – o fornecedor considera e incorpora aspectos socioambientais em seus processos decisórios, e se responsabiliza pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente.

TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO**AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

_____[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no [CNPJ OU CPF] _____.____.____/____-____, por meio do seu representante, devidamente, constituído, _____ [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)

(nome e cargo)

ANEXO V**DECLARAÇÃO MPE**

A empresa _____, inscrita(o) no CNPJ(MF) sob o nº _____._____._____/_____-_____,
DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº
0320/2022, que:

- Se enquadra na condição de _____ **(a licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte)**, nos termos do Art. 3º da [Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006](#), e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

[Quando for permitida a participação de licitante cooperativa a CECOT deve incluir a seguinte observação]

No caso de cooperativa, que se equipara à MPE, conforme estabelece a Lei nº 11.488/2007, em seu artigo 34, a **declaração acima deve ser substituída pela seguinte:**

- Não auferiu no ano-calendário anterior, receita bruta superior ao limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, estabelecido na referida Lei.

Localidade, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.

ANEXO VI**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

_____ [NOME DA EMPRESA], inscrita(o) no CNPJ(MF) sob o nº _____.____/____-__, por meio de seu representante, devidamente, constituído, _____ [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], doravante, denominado _____ [Licitante], para fins do disposto no Edital de Pregão eletrônico nº 0320/2022.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis.

Sob as penas da lei, em especial, o art. 299 do Código Penal Brasileiro e o art. 90 da Lei nº 8.666/1993, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;
8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;
9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de 2022.

[REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, _____, RG _____, órgão expedidor ____/____, CPF nº ____-____-____, representante legal da empresa _____ **[Inserir nome da empresa]**, inscrita no CNPJ, sob o nº ____-____-____/____-____, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para o Pregão Eletrônico nº 0320/2022, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.

Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados

- a) Proposta e Planilha (se for o caso);
- () Proposta Comercial, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**
- () Planilha Orçamentária, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**
- b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
- () Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº _____, datado de _____;
- c) Documentação relativa a regularidade fiscal e trabalhista; **(Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))**
- () Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND – ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND
- () CND FGTS
- () CND Trabalhista
- d) Documentação relativa a qualificação econômico-financeira;
- () Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;
- () Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei.
- e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; **(identificar cada atestado**

enviado, quantos forem necessários)

() Atestados/certidões/declarações _____

() Atestados/certidões/declarações _____

() Atestados/certidões/declarações _____

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; (elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

() _____;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei nº 13.726/2018:

“Art. 3º – Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de: [...] II – autenticação de cópia de documento, [...] [...] § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”

Localidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

RG:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>).